

por  Ano 11 ■ nº 35

Sinal

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

SERVIÇOS FINANCEIROS

BC em ritmo de Copa do Mundo



ENTREVISTA DEPUTADO FEDERAL CLÁUDIO PUTY

Congresso não quer grandes mudanças

O Banco Central que queremos

Do Maracanã ao Xingu, passando pelos bancos escolares, é fato que a sociedade desconhece a atuação do Banco Central. A primeira pergunta enfrentada por um servidor que se apresenta como tal é: em que agência você trabalha? Mas será que nós mesmos conhecemos a dimensão **da extensão** do trabalho do BC? Muitos se surpreenderão com as revelações da edição nº 35 da **Por Sinal**.

BC e Futebol? Sim, BC e futebol. A reportagem “BC em ritmo de Copa do Mundo” mostra como estamos trabalhando para facilitar a vida dos cerca de 600 mil estrangeiros que virão para o evento. E aqui as coisas estão dentro do calendário!

BC e educação básica? Em “Educação financeira para o cidadão comum” desvendamos o papel-chave do BC na estratégia de educação financeira no Brasil. E de quebra mostramos as iniciativas do próprio Sinal para criar uma cultura de consumo consciente do crédito.

BC e Xingu? Claro. A coluna Prata da Casa apresenta o perfil do colega aposentado Sergio Vahia, inspetor durão da área de supervisão e desbravador do planalto central, que acaba de voltar de mais uma expedição àquele paraíso.

“Qual o poder de fiscalização do BC?”. Boa pergunta. O alto comando quer um BC mínimo: política monetária e supervisão do sistema financeiro. Nós queremos mais! Saiba por que o BC deve envolver-se na defesa do consumidor de serviços financeiros.

Nesta edição, entrevistamos o Deputado Cláudio Puty (PT-PA), uma estrela ascendente do parlamento, presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e participante ativo dos debates nas áreas de educação, direitos humanos, reforma tributária, correspondentes bancários, microempresas, liberalização financeira e controle de capitais. Com segu-

rança ele afirma na entrevista que “o Congresso trabalha de forma passiva, porque segue a pauta do Executivo, e defensiva, porque tenta evitar grandes mudanças. É preciso sensibilizar o Executivo para que encampe as reformas necessárias ao país”. Difícil discordar.

O semestre tem tudo para ser muito difícil para o funcionalismo. A coluna “Servidor público: de olho no Congresso” elenca e analisa o rol de projetos que afetam o servidor público, negativamente e positivamente. Placar desfavorável: 4x3.

Por fim, fechamos o número 35 com o artigo “Sinal participa de seminário sobre SFN no Congresso Nacional”, que conta mais um capítulo da nossa luta por um verdadeiro Sistema Financeiro Cidadão. O seminário, realizado em conjunto pelas Comissões de Defesa do Consumidor e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, foi um verdadeiro sucesso. Sobraram, infelizmente, muitas críticas – justas, sem dúvida - ao BC.

O Conselho Editorial da **Por Sinal** deseja a todos uma ótima leitura!



Qual o poder de fiscalização do Banco Central? O alto comando quer um BC mínimo: política monetária e supervisão do sistema financeiro. Nós queremos mais!

**Conselho Nacional
Biênio 2011/2013**

Presidente

Sérgio da Luz Belsito

Belém

Pedro Paulo Soares Rosa

Brasília

José Ricardo da Costa e Silva

Gregório Alberto Saiz Lopes

Josina Maria de Oliveira

Belo Horizonte

Mário Getúlio Vargas Etelvino

Curitiba

Miguel Hostílio Silveira Vargas

Fortaleza

Julia Walesca Gomes de Carvalho

Porto Alegre

Gustavo Diefenthaler

Recife

Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro

João Marcus Monteiro

Jarbas Athayde Guimarães Filho

Julio César Barros Madeira

Luiz Rafael Gonçalves Giordano

Salvador

Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo

Aparecido Francisco de Sales

Eduardo Stalin Silva

Iso Sendacz

**Diretoria Executiva Nacional
Biênio 2011/2013**

Presidência: Sérgio da Luz Belsito

Diretor Secretário: Júlio Cesar Barros Madeira

Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas

Diretor de Comunicação: Alexandre Wehby

Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin Silva

Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva

Diretor de Estudos Técnicos: Edilson R. de Sousa

Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais:

Iso Sendacz

Diretora Extraordinária de Qualidade de Vida:

Bruna Carolina de Quadros

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, Edilson Rodrigues de
Sousa, José Manoel Rocha Bernardo, Mauro Cattabriga de Barros
Sérgio Canas Prata, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Fotos: Entrevista (divulgação deputado Cláudio Puty) e
Prata da Casa (arquivo pessoal de Sergio Bacellar Vahia)

Diagramação: Tabaruba Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito e impressão: Ultra Set

Tiragem: 9.000

Assessoria de Comunicação do Sinal: Aipy Imprensa Design
www.aipy.com.br

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas
nos artigos assinados.

SERVIÇOS FINANCEIROS

BC em ritmo
de Copa do Mundo

Página 4



DEFESA DO CONSUMIDOR

Educação financeira
para o cidadão comum

Página 10

TARIFAS BANCÁRIAS

Qual o poder de
fiscalização do BC?

Página 14



ENTREVISTA/DEPUTADO FEDERAL CLÁUDIO PUTY (PT/PA)

Congresso não quer
grandes mudanças

Página 18

PRATA DA CASA

Um símbolo do Brasil
para os brasileiros

Página 25



Servidor público
de olho no Congresso

Página 30

Luiz Carlos Caceres

SINAL PARTICIPA DE SEMINÁRIO

SOBRE SFN NO CONGRESSO NACIONAL..... **Página 28**





BC em ritmo de **Copa** **do Mundo**

Instituição prepara o mercado para atender os 600 mil turistas estrangeiros que devem visitar o Brasil em 2014, segundo estimativa do Ministério do Turismo

PAULO VASCONCELLOS

A Copa do Mundo de 2014 já começou para o Banco Central. De olho no fluxo de turistas e profissionais que se deslocarão pelo país para trabalhar no evento, já começam a ser implantadas as primeiras medidas para facilitar a vida dos visitantes e eliminar o gargalo de alguns serviços financeiros. As propostas contemplam desde o aumento na capilaridade da rede de correspondentes para a realização de operações cambiais pelo território nacional à simplificação das operações até US\$ 3 mil e à ampliação do uso de cartão de crédito para pequenas despesas.

“A ideia é buscar flexibilização na estrutura de atendimento sem alteração na legislação, que estabelece o credenciamento de todos os agentes pelo Banco Central e a identificação das operações cambiais”, diz Geraldo Magela, chefe da Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence), do Banco Central. “É preciso um cuidado muito grande em preservar as medidas inibidoras da lavagem de dinheiro e outros ilícitos financeiros porque grandes eventos, inclusive os esportivos, podem ser propícios a esse tipo de crime”, afirma José Manoel Rocha Bernardo, do Conselho Editorial da Por Sinal.

A expectativa do Ministério do Turismo é que 600 mil estrangeiros visitem o Brasil durante a competição – além dos 3 milhões de brasileiros que deverão circular pelo país para assistir aos jogos. A estimativa é que

o turismo injete R\$ 9,4 bilhões na economia. Alguns estudos apontam que os visitantes devem gastar R\$ 2,1 bilhões em hotelaria, R\$ 902 milhões em alimentação, R\$ 831 milhões em compras, R\$ 516,8 milhões em transporte, além de R\$ 273 milhões em comunicação e R\$ 762 milhões em despesas, como serviços médicos e jurídicos.

► Os compromissos do Brasil

As medidas de flexibilização cambial atendem à carta-compromisso que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou em 15 de junho de 2007 para assegurar o direito de o Brasil sediar a Copa 2014. As exigências da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) incluem 11 pontos – da permissão para a entrada de estrangeiros no país à isenção tributária, passando pela facilitação das operações cambiais e bancárias aos serviços de telecomunicação e tecnologia da informação.

O compromisso foi reafirmado também por carta do ministro da Fazenda, Guido Mantega, à Fifa, assegurando “a importação e exportação irrestritas de todas as moedas estrangeiras para/e do Brasil, assim como a troca e conversão irrestritas dessas moedas para dólares dos Estados Unidos, euros ou francos suíços para as entidades e indivíduos com relação às transações e atividade financeiras relacionadas às competições”.

O pontapé inicial para a implantação de medidas foi o evento “Preparando o Mercado de Câmbio para a

Copa 2014 – Seminário sobre Câmbio Manual e Transferências de Pequenos Valores”, realizado em Brasília, no fim de maio. Participaram do encontro promovido pelo Banco Central, na qualidade de palestrantes, servidores dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, parlamentares do Congresso Nacional, integrantes da Procuradoria-Geral da República, Polícia Federal e Infraero, além de dirigentes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Associação Brasileira das Agências de Viagem (Abav), Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e Associação Brasileira das Empresas Prestadoras de Serviços de Microtransferência de Dinheiro (ABMTransf).

O seminário traçou uma retrospectiva da política cambial no Brasil até a situação atual, em que apenas instituições financeiras, corretoras, distribuidoras e financeiras estão autorizadas pelo Banco Central a realizar operações de troca de dinheiro. Os participantes do encontro ressaltaram a importância da necessidade de se criarem mecanismos que facilitem a transação cambial aos estrangeiros sem que sejam desfeitos os acordos internacionais do Brasil a respeito da prevenção à lavagem de dinheiro e do combate ao terrorismo.

“Um ponto que chama a atenção é a dificuldade para o turista que desembarca no Brasil de madrugada, sem reais no bolso, e precisa de moeda nacional para, por exemplo, fazer um lanche. Uma das alternativas para facilitar a vida do turista estrangeiro é



apostar no uso de cartões de crédito e débito internacionais para as operações mais simples – como o pagamento de uma corrida de táxi ou pequenas despesas de alimentação”, afirmou Geraldo Magela, durante o evento. “Do ponto de vista regulatório, a única coisa que podemos fazer é facilitar as operações, sem abrir mão dos processos de identificação e de supervisão. Não é a qualquer custo”, disse à Por Sinal.

► **Turismo turbinado**

A preocupação se justifica. A invasão de turistas e profissionais que virão ao Brasil para acompanhar a competição ou trabalhar nela deverá promover movimentação extra de operações cambiais equivalentes à injeção de recursos na economia. Além dos 600 mil turistas, o campeonato deverá atrair ao país cerca de 15 mil jornalistas, 15 mil voluntários para tarefas diversas e 300 funcionários e convidados da Fifa.

De acordo com o estudo “Brasil Sustentável – Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014”, da Ernst & Young Consultoria em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o fluxo de turistas ao país a reboque do evento deverá turbinar o consumo. A estimativa é que o turismo induzido direta e indiretamente pela Copa do Mundo seja responsável por receitas adicionais de até R\$ 5,9 bilhões para as empresas brasileiras. Já o Banco Central calcula que os turistas internacionais provoquem impacto de R\$ 3,9 bilhões na economia do país e os 3 milhões de turistas nacionais com outros R\$ 5,5 bilhões.

O estudo indica, ainda, que a competição vai produzir um efeito cascata surpreendente nos investimentos realizados no Brasil. Além dos gastos de R\$ 22,5 bilhões no país relacionados à Copa do Mundo para garantir a infraestrutura e a organização, o evento deverá injetar, adicionalmente, R\$ 112,8 bilhões na economia brasileira, com a produção em cadeia de efeitos indiretos e induzidos.

No total, o país movimentará R\$ 142,4 bilhões adicionais no período 2010-2014, gerando 3,6 milhões de empregos/ano e R\$ 63,5 bilhões de renda para a população, o que vai produzir impactos inevitáveis no mercado de consumo interno. O impacto direto da Copa do Mundo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é estimado em R\$ 64,5 bilhões para esse período – valor que corresponde a 2,2%, cerca de 0,4% ao ano, segundo o estudo. Já o Banco Central trabalha com indicadores de que a Copa do Mundo de 2014 deverá agregar R\$ 183 bilhões ao PIB do Brasil até 2019 – também o equivalente a 0,4% ao ano.

► **Mais correspondentes cambiais**

O Banco Central entende que, para atender bem o turista, é preciso aumentar a capilaridade dos correspondentes cambiais criados em 2008, principalmente em locais onde não haja uma agência de banco. Atualmente, são 807 em todo o país. Todas as 12 cidades que serão sede têm esses correspondentes cambiais. Eles são mais em São Paulo, que conta com 104, e



As propostas contemplam desde o aumento na capilaridade da rede de correspondentes para a realização de operações cambiais pelo território nacional à simplificação das operações até U\$ 3 mil e à ampliação do uso de cartão de crédito para pequenas despesas.



O aumento da capilaridade é importante também porque impede o ressurgimento do mercado paralelo. É fundamental que todas as mudanças resguardem a legitimidade das operações para que o turista não recorra ao doleiro.

JOSÉ MANOEL ROCHA BERNARDO
Conselheiro da Por Sinal

menos em Recife, apenas quatro. Em Porto Alegre, são cinco, enquanto em Manaus, 12. Fortaleza, com 26,, Natal, 11, e Salvador, 38, completam a lista das cidades-sede do Nordeste. No Sudeste, Belo Horizonte tem 32 e o Rio de Janeiro, 42. Curitiba conta com 21, Brasília, 18 e Cuiabá, 20.

A falta de capilaridade pode ser um problema também fora das cidades-sede. Se o turista vem ao Brasil tendo como destino Brasília, por exemplo, mas quiser conhecer outras cidades, precisa encontrar um serviço que o atenda. O Banco Central está atento a isso. Nesse sentido, pensou-se na possibilidade de casas lotéricas e agências dos Correios também realizarem, a partir da Resolução 3.594, de 2011, operações de compra e venda de moeda e de prestadores de serviços turísticos fazerem transferências relativas a remessas internacionais.

“A legislação cambial brasileira determina que todos os agentes devem ser credenciados pelo Banco Central e todas as operações, identificadas, independentemente do valor. Decidimos que isso não deve ser mexido”, diz Geraldo Magela. “Aumentar a capilaridade não significa interromper a atuação do BC sobre o sistema financeiro.”

“O aumento da capilaridade é importante também porque impede o ressurgimento do mercado paralelo”, afirma José Manoel Rocha Bernardo. “É fundamental que todas as mudanças resguardem a legitimidade das operações, para que o turista não recorra ao doleiro.”

Medidas flexibilizando e simplifi-

cando procedimentos de operação de câmbio em quantias inferiores a US\$ 3 mil já foram adotadas pelo BC, visando facilitar transações de pequenos valores em moedas estrangeiras no país e a remessa de reais por estrangeiros que moram fora do Brasil. Por exemplo: nas operações inferiores a US\$ 3 mil, foram dispensados o contrato de câmbio e a apresentação de documentos sobre a operação, porém mantida a obrigatoriedade de identificação. Assim busca-se facilitar a vida das pessoas e, principalmente, reduzir custo de transação, estimulando o uso do mercado de câmbio oficial. Para as operações superiores a US\$ 3 mil, o registro no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) continua sendo diário, mas, para operações até esse valor, as informações podem ser transmitidas ao Banco pela internet, de forma simplificada e com periodicidade mensal. Outra medida contempla o uso do real em transações externas e envolve:

- operações de câmbio entre bancos no país e bancos no exterior, com uso de reais em espécie para liquidação da operação;
- ordens de pagamento em reais oriundas do exterior.

O Banco Central também buscará estimular a negociação de reais em espécie no exterior, por meio da rede bancária brasileira que tenha agência ou correspondente fora do país.

“Vamos conversar com os bancos para incrementar esse processo, a fim de que o cliente lá fora conte com notas novas e seriadas”, ressalta Geraldo

Magela. “Hoje, são comercializados reais com turistas estrangeiros de valor ainda insignificante, mas vamos trabalhar com a indústria bancária na possibilidade de um incremento. A questão principal é vontade, porque a regulamentação já permite essa prática.”

Para uma plateia de representantes dos setores industrial e financeiro, reunidos no seminário em Brasília, Geraldo Magela sugeriu aos bancos que se informem sobre as facilidades de compras de reais em espécie no exterior, medida que pode ser interessante para as ordens de pagamento em reais a partir do estrangeiro.

“O uso do real em transações externas representa ainda valores muito pequenos. Vamos intensificar essa sistemática e, assim, facilitar as ordens de pagamento em reais oriundas do exterior. Dessa forma, a definição dos valores em reais pode ser feita lá fora, chegando aqui no valor exato”, disse. “Queremos dar maior visibilidade a esse processo também para que os turistas venham já com reais no bolso.” 🗑️





Educação financeira para o cidadão comum

Com o Decreto 7.397, matéria passa a ser obrigatória nas escolas, universidades e instituições públicas e se torna importante ferramenta de inclusão social

ROSANE DE SOUZA

Nos países europeus, especialmente os que enfrentaram as agruras de duas guerras mundiais, os pais se sentem responsáveis por ensinar aos filhos a controlar os gastos, economizar e poupar dinheiro, enfim, a fazer uso consciente da moeda corrente. No Brasil, a tarefa vem sendo, aos poucos, imposta às escolas, universidades, instituições públicas e entidades, desde que se constatou que a maioria do povo pouco sabe sobre questões financeiras, não toma decisões eficientes em relação ao dinheiro e, por isso, muitas vezes torna-se alvo fácil das políticas agressivas de vendas de

produtos ou serviços. “Na maioria das vezes, as instituições financeiras oferecem produtos em linguagem que o consumidor não entende. Ele compra sem precisar seguro, títulos de capitalização e previdência privada, sem saber o que está pagando e o que vai receber”, alerta Edilson Rodrigues de Sousa, diretor de Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

Em nosso país, muita gente nem sequer tem conta em banco. Apesar do aumento no número de pessoas com acesso a serviços bancários, a maioria dos brasileiros ainda recebe seu salário em “dinheiro vivo”, segundo levantamento do Banco Central. A

pesquisa “O Brasileiro e sua Relação com o Dinheiro”, de 2010, mostra que 55% das pessoas são pagas dessa maneira por seus empregadores, mesmo percentual verificado em 2007. No Nordeste, são 73%. É impossível, portanto, que se tenha ideia precisa do que seja pagar juros na faixa de 12%, quando nos Estados Unidos a taxa é zero. “Nesse mercado financeiro conturbado e cheio de armadilhas, o consumidor não tem muita proteção, é preciso ajudá-lo”, enfatiza Sérgio da Luz Belsito, presidente da Executiva Nacional do Sinal, ao defender uma política de educação financeira para o cidadão comum.



► Agora é política pública

Só no fim do ano passado o governo brasileiro reconheceu que a matéria é uma importante ferramenta de inclusão social e melhorias de vida do cidadão, através do Decreto 7.397, que instituiu a Estratégia de Educação Financeira (Enef) e criou o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), com a tarefa explícita de definir planos, programas e ações, assim como coordenar a execução de políticas estabelecidas no âmbito da Enef.

Desde o início de 2000, o Brasil sinaliza a importância desse tipo de educação, mas apenas por meio de projetos isolados levados adiante pelos desbravadores da matéria. O próprio Sinal já formou algo como 250 multiplicadores de informações financeiras em quase todo o país, dentro de um programa de educação específica, iniciado em 2003 pelo Banco Central, que só agora, com o surgimento de políticas oficiais centralizadas, ganhou o carimbo de prioritário. A partir de 2008, as escolas públicas também passaram a ser objeto de interesse dos educadores da matéria financeira. No ano passado, foi efetivado o primeiro projeto-piloto voltado para o tema: 26 mil alunos de 900 escolas públicas de São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Ceará e Distrito Federal viraram público-alvo de um projeto de educação financeira, coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em parceria com o Banco Mundial, e apoiado por diversas instituições do mercado financeiro, como a Bovespa, o Instituto Unibanco e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados (Ambima).

Os professores pertencentes a essas escolas tiveram acesso ao curso de capacitação para aplicação, junto aos alunos, do material didático de educação financeira. “O ensino do tema é feito de maneira transversal na grade curricular, a matéria perpassa todas as disciplinas”, informa Altamir Lopes, diretor de Administração do BC. Segundo ele, o ensino básico terá projeto semelhante. Revela, ainda, que o material pedagógico voltado para esses alunos está em processo final de produção, aguardando apenas a aprovação do seu conteúdo pelo Conef, para ser distribuído nas escolas públicas.

Lopes foi quem consolidou a estratégia de educação financeira no Brasil, ao assinar, como presidente do Comitê, a deliberação do Plano Diretor que traçou as ações, os planos e os programas essenciais para torná-la realidade. É ele quem argumenta que os cursos para adultos é uma outra vertente importante de educação dos brasileiros, por se tratar de um país com 46 milhões de pessoas em processo de mobilidade social. “Educar essas pessoas é muito importante do ponto de vista macroeconômico, de sustentação do sistema financeiro e da formação da própria poupança.”

Essa necessidade é expressa pelo pequeno percentual da poupança no conjunto de bens produzidos internamente: 19% do PIB (Produto Interno Bruto). Na China, ela atinge 40% do conjunto de bens e serviços. “Só se consegue isso quando há uma disposição consciente de postergar as compras, o que é difícil em um país de

consumo reprimido por tantos anos”, admite Lopes. Ele mesmo constata que o brasileiro consome cada centavo do que ganha, e até vai além disso, o que pode ser facilmente comprovado no salto de 22% para 46% do crédito de 2002 até 2011. “Esses números ainda são inferiores ao resto do mundo, mas alto, se considerarmos as condições do Brasil”, assinala.

► O bom uso do dinheiro

O que está sendo feito agora, com a ajuda oficial do governo, é a revitalização de um plano de educação financeira existente desde o início do século. “Nós estamos reformulando um projeto já existente, identificando lacunas e criando metodologias voltadas para diversos públicos”, explica João Evangelista de Sousa Filho, coordenador da Consultoria de Educação Financeira da Universidade Banco Central do Brasil. Os especialistas da Unibacen, por exemplo, vêm pensando projetos de educação financeira na área de competência do BC, o que significa difundir as boas práticas bancárias, dar dicas sobre investimentos, massificar o conceito de Meio Circulante, ensinar o cidadão a reconhecer as notas falsas e, enfim, a fazer bom uso do dinheiro e a lidar de maneira consciente com as instituições financeiras.

A primeira iniciativa nesse sentido vem sendo efetivada em conjunto com a Fundação Banco Central (Centrus), previdência complementar dos servidores do BC. Ela visa a formar, até o fim do ano, 180 multiplicadores de conhecimento financeiro em cidades



como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e São Paulo. “O projeto-piloto vem sendo feito com uma primeira turma, formada em agosto, mas até dezembro deveremos concluir a formação de outras seis”, afirma João Evangelista. A ideia é expandir esses cursos também para aposentados do INSS e, até mesmo, difundir esse conhecimento pela internet e em cursos a distância, com material próprio, que pode ser impresso pelos interessados. “A percepção que temos é que educação financeira se transformou, hoje, em um tema relevante, assumindo no BC a perspectiva da responsabilidade social”, complementa o coordenador da Unibacen.

Já o Sinal, que se considera o primeiro parceiro do BC na formação de multiplicadores, está agora em fase de definição de uma estratégia de difusão desse conhecimento à população de

baixa renda, também por meio da formação de novos multiplicadores pelo país afora e de um plano de mídia que contribua para disseminar os conceitos do mercado financeiro para todos os brasileiros. “Vamos dar a nossa contribuição à educação financeira dos brasileiros para que tomem decisões financeiras conscientes e em benefício próprio. As pessoas pagam 10% de juros no cheque especial e acham que está tudo bem”, diz o diretor de Estudos Técnicos do Sinal. O sindicato vai retomar a distribuição da Cartilha do Consumidor Bancário e contribuir para massificar informações financeiras, através de outra publicação, desta vez, elaborada em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). ✓

“Vamos dar a nossa contribuição à educação financeira dos brasileiros para que tomem decisões financeiras conscientes e em benefício próprio. As pessoas pagam 10% de juros no cheque especial e acham que está tudo bem”

EDILSON RODRIGUES DE SOUSA
Diretor de Estudos Técnicos do Sinal



Qual o poder de **fiscalização do BC?**

Na queda de braço entre a força dos bancos e a regulação do setor, sofre mais quem pode menos: o consumidor



Apesar de alguns avanços, a relação entre as instituições bancárias e os correntistas continua sujeita a trancos e barrancos, principalmente quando se trata de tarifas bancárias. A regulamentação em vigor há três anos organizou a prestação dos principais serviços bancários, que passou a ser praticada por um conjunto de 30 tarifas prioritárias, com regras e nomenclaturas definidas, como o prazo mínimo de seis meses para os reajustes e a aprovação prévia do Banco Central para a criação de novos serviços.

Para os correntistas, a principal conquista com a regulamentação foi a oferta gratuita de um conjunto mínimo de serviços necessários para movimentar uma conta corrente, denominado Serviços Essenciais, além do fim das tarifas de liquidação antecipada, renovação cadastral e boleto bancário.

Nem assim, fez-se a paz. No Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2010, publicado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, que consolida dados dos Procons de 22 estados e do Distrito Federal integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), as queixas contra os bancos só perdem para as reclamações contra os aparelhos celulares, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Além de ser o vice-líder, o setor financeiro registra um alto índice de não atendimento às reclamações dos consumidores. Nada menos de 27% das queixas não são atendidas, segundo o Cadastro Nacional de Reclamações

Fundamentadas 2010. No ranking dos fornecedores líderes em reclamações, o Banco Itaú aparece em segundo lugar, com 5.015 queixas (4,09% do total), atrás apenas da Oi, operadora de telefonia celular, com 8.328 (6,79%). O Bradesco é o quinto colocado, com 3.222 (2,63%), perdendo para a Claro/Embratel, com 4.381 (3,57%), e a LG, com 3.413 (2,78%).

► MP enquadra bancos na Justiça

Outra ofensiva contra os bancos acaba de ser desferida pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. Uma ação civil pública pede que os bancos Santander, Itaú-Unibanco e HSBC devolvam mais de R\$ 1 bilhão aos seus correntistas. O processo é relativo a cobranças sobre tarifas bancárias feitas entre 2008 e 2010 que, segundo o procurador Cláudio Gheventer, contrariam a lei. No caso, uma resolução do Banco Central publicada em 30 de abril de 2008, que estabelece quais serviços os bancos poderiam cobrar.

A alegação do MPF-RJ é que as três instituições continuaram a recolher valores de seus clientes relativos a tarifas que estavam fora da padronização. O Santander teria cobrado R\$ 351,6 milhões de comissão de disponibilização de limite (CDL), de abril de 2008 a junho de 2009.

O Itaú-Unibanco é réu em três ações por tarifas cobradas dos clientes do Unibanco: uma de R\$ 100,8 milhões, a título de comissão sobre operações ativas (COA), outra de R\$ 80,4 milhões, como comissão

de manutenção de crédito (CMC), e R\$ 64 milhões, por multas em devolução de cheques. Já o HSBC teria cobrado, de dezembro de 2008 a março de 2009, R\$ 7,6 milhões a título de comissão de manutenção de limite de crédito (CMLC).

Antes de impetrar a ação na Justiça, o Ministério Público enviou recomendações para que os bancos promovessem o ressarcimento integral aos clientes. O Santander respondeu positivamente a uma das recomendações e se comprometeu a devolver os valores arrecadados a título de Repasse de Encargos de Operação de Crédito (REOC), que corresponde a custos arcados pelo banco, num total de R\$ 265 milhões.

“Por isso, somos a favor da regulamentação do artigo 192, que estabelece um sistema financeiro cidadão, principalmente na defesa do consumidor e na questão do crédito”, diz o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sérgio Belsito.

“Há ainda muito descuido das instituições com a regulamentação financeira”, afirma a gerente-jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Maria Elisa Novais.

A assessoria de imprensa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), procurada pela reportagem da **Por Sinal**, respondeu que os posicionamentos da entidade são sempre sobre casos que afetam o setor, e não instituições isoladamente. Em relação ao caso em que o setor aparece no Cadastro Nacional de Reclamações

Fundamentadas 2010, não deu retorno até o fechamento desta edição.

► Idec: desrespeito é antigo

As resoluções do Banco Central regulamentando as tarifas bancárias têm sido sistematicamente ignoradas pelos bancos privados não é de hoje. Uma pesquisa feita pelo Idec constatou, em 2009, que as instituições financeiras ainda insistiam em enviar cartões de crédito sem que o cliente tivesse pedido e aumentar o limite do cheque especial à revelia do correntista. Mais: os bancos resistiam em reconhecer o direito do consumidor bancário a 16 serviços essenciais gratuitos garantidos, no fim de 2007, por decisão do Conselho Monetário Nacional: nove para conta corrente e sete para conta poupança.

CONTA CORRENTE:

- Fornecimento de cartão magnético de débito
- Dez folhas de cheques mensais
- Segunda via do cartão, se for do interesse do banco
- Dois extratos mensais em terminais de auto atendimento
- Até quatro saques mensais no caixa ou em terminais
- Duas transferências mensais entre contas do próprio banco no caixa, em terminais ou pela internet
- Compensação de cheques
- Consultas pela internet
- Extrato consolidado anual

POSIÇÃO	ÁREA	TOTAL DE RECLAMAÇÕES	
		Quantidade	%
1º	Produtos	68.373	55,74%
2º	Assuntos Financeiros	26.319	21,46%
3º	Serviços Essenciais	18.163	14,81%
4º	Serviços Privados	7.626	6,22%
5º	Saúde	1.600	1,30%
6º	Habitação	484	0,39%
7º	Alimentos	97	0,08%
Total		122.662	100,00%

CONTA POUPANÇA

- Cartão magnético e sua segunda via, se for de interesse do banco
- Dois saques mensais no caixa ou terminais de auto atendimento
- Duas transferências para contas de mesma titularidade
- Dois extratos mensais
- Consultas pela internet
- Extrato consolidado anual

Para avaliar os serviços bancários, a pesquisa do Idec fez o bê-a-bá. Dez contas foram abertas em bancos com carteira superior a um milhão de correntistas. Durante um ano, o Instituto acompanhou a movimentação, a cobrança de tarifas e a qualidade do serviço prestado.

“Uma enquete na nossa página na internet constatou depois que 80% dos correntistas desconhecem que têm direito a serviços essenciais gratuitos”, diz Maria Elisa Novais. “Mesmo que tenha informações sobre o pacote e peça, o consumidor vai encontrar resis-

tência do banco em concedê-lo.”

Outra pesquisa do Instituto sobre o setor, realizada no começo deste ano, mostra que, após três anos de vigência da norma que regulamenta a cobrança de tarifas bancárias, ela ainda não proporcionou uma concorrência mais acentuada entre as instituições bancárias. O desempenho médio dos bancos apresentou crescimento em todos os aspectos avaliados. O valor referencial das tarifas avulsas cresceu 20% no período, o volume de clientes 23%, a renda com tarifas 38% e as reclamações com cobranças indevidas e tarifas 23% – contra um IPCA acumulado no período de abril de 2008 a março de 2011 de 18,06%, de acordo com o Banco Central.

O resumo da pesquisa do Idec é o seguinte: o setor é altamente concentrado; os sete bancos com mais de um milhão de clientes respondem por mais de 80% do total das operações de crédito, depósito, ativos, lucro líquido, número de funcionários e de agên-

cias no país; as instituições financeiras, apesar dos bons resultados com receita e crescimento da carteira de clientes, apresentam um desempenho competitivo muito tímido e pouco agressivo na oferta de vantagens para estimular a concorrência; a cobrança indevida de tarifas bancárias ainda lidera o ranking de reclamações.

► O BC e o direito do consumidor

O descaso dos bancos privados com os direitos do consumidor reacquece o debate sobre o papel do Banco Central. “É um dilema: existe uma decisão do Superior Tribunal de Justiça dizendo que o Banco Central tem competência para fazer a legislação no que se refere à defesa do direito do consumidor, mas que a fiscalização cabe aos procons, que, por sua vez, não têm estrutura para atender à demanda”, diz Sérgio Belsito. “Toda vez que o BC faz uma autuação, ela acaba sendo anulada pelo Conselho de Recursos do SFN, órgão do Ministério da Fazenda. A base legal para a implantação de multas e punição é muito frágil. O jurídico do Banco Central também entende que a instituição não tem poder de polícia, mas o Sinal defende que a Lei 4.595, da Reforma Bancária, dá, sim, ao BC poder de fiscalizar e até de punir.”

“O Banco Central tem prerrogativa para fiscalizar e impor punição, mas acaba regulando e fiscalizando muito pouco os direitos do consumidor”, diz Maria Elisa Novais. “O BC resiste em aceitar que apenas registrar as queixas dos consumidores na sua página na in-

ternet é muito pouco. Isso descumpra a própria Constituição, que estabelece que o Estado tem a obrigação de defender os direitos do consumidor. Quando o Banco Central não fiscaliza e pune, essas atribuições acabam recaíndo sobre as instituições de defesa do consumidor. O Departamento de Proteção à Defesa do Consumidor e o Procon têm de negociar com os bancos. Isso acaba com o problema no varejo, numa situação específica, mas não no atacado.”

O dilema não se encerra na definição das atribuições do Banco. Outra questão que emperra o desempenho do Banco Central na fiscalização e punição do sistema financeiro é a falta de mecanismos de blindagem do servidor da instituição no exercício de suas atribuições. De acordo com Sérgio Belsito, já existe no manual de normas do Banco a orientação para que seja prestada assistência jurídica ao funcionário que trabalha na fiscalização, mas só no ano passado foi encaminhada proposta para que a medida atendesse também quem se responsabiliza pela liquidação bancária.

“A falta de proteção legal é um entrave ao desempenho do servidor encarregado da fiscalização do sistema financeiro”, diz Aparecido Francisco de Sales, do Conselho Editorial da **Por Sinal**. “Um funcionário do BC que atuava numa liquidação teve de responder na Justiça com advogado pessoal porque o Banco não se sente na obrigação de defender o funcionário nas decisões que toma.” ❑



A base legal para a implantação de multas e punição é muito frágil. O jurídico do Banco Central também entende que a instituição não tem poder de polícia, mas o Sinal defende que a Lei 4.595, da Reforma Bancária, dá, sim, ao BC poder de fiscalizar e até de punir.

SÉRGIO DA LUZ BELSITO
Presidente do Sinal Nacional

Congresso não quer grandes mudanças

O deputado Cláudio Puty, do PT do Pará, faz seu batismo de fogo na Câmara dos Deputados como uma das revelações do Parlamento brasileiro, segundo acompanhamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Doutor em economia e professor universitário, ele é presidente da Comissão de Finanças e Tributação e suplente da Comissão de Defesa do Consumidor, além de participante ativo dos debates sobre educação, direitos humanos, reforma tributária, correspondentes bancários, microempresas, liberalização financeira e controle de capitais. Em oito meses de mandato, aprendeu que não há espaço de manobra no Congresso para se avançar nas grandes reformas, mas acha que nem por isso o jogo está perdido. “O Congresso, muitas vezes, trabalha de forma passiva, porque segue a pauta do Executivo, e defensiva, porque tenta evitar grandes mudanças. É preciso aprofundar o diálogo com o Executivo, para ampliar e acelerar as reformas necessárias ao país”, afirma. Leia, a seguir, o que Puty pensa sobre questões que mobilizam os servidores públicos federais e o país.

■ **O Sinal defende que a autonomia do Banco Central passa por um debate maior sobre a regulamentação do sistema financeiro, prevista no projeto 192, de criação de um sistema financeiro cidadão. O senhor acha que há espaço para essa discussão no Congresso?**

Primeiro temos que definir a que autonomia estamos nos referindo. Precisamos republicanizar o Banco Central e isso significa, de um lado, aumentar o controle social sobre suas decisões, que não podem ser autônomas e alheias aos interesses da maioria de nossa sociedade, que quer inflação controlada, mas também quer empregos. De outro lado, é claro, garantir que a equipe do Banco possa tomar as decisões referentes à política monetária e à conjuntura de maneira tecnicamente esclarecida, com um nível de blindagem

de eventuais interesses menores, seja do mercado financeiro, seja do governo de plantão.

É importante dizer que o Banco Central brasileiro tem autonomia operacional demonstrável nas estatísticas das taxas básicas de juros e medidas de repercussão das medidas do Conselho Monetário Nacional. A autonomia de que se fala, que diminui o já frágil controle por parte da sociedade civil, não acredito que seja desejável para o país.

Acho que o protesto contra uma suposta politização do BC surge porque, com este governo, se alterou um pouco o perfil de quem dirige a instituição. Se fosse há oito anos, quando se tinha uma direção muito mais afinada com o mercado, não haveria essa polêmica. Ou seja, esse debate ressurgiu com maior força quando as medidas do Banco Central contradizem

os interesses imediatos do mercado financeiro, particularmente dos detentores de títulos da dívida pública.

A última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), de redução da taxa básica de juros, em setembro, provavelmente contou com algum tipo de coordenação com o Executivo, já que foi combinado com anúncio do aumento do superávit primário. Isto é absolutamente normal, já que a política macroeconômica conta com múltiplos instrumentos, operados por agentes diferentes e é natural que esses agentes conversem, no âmbito do próprio Conselho Monetário Nacional.

■ Mas há espaço para a discussão do projeto 192?

O espaço de manobra do Congresso, que trabalha de forma defensiva e passiva, porque segue a pauta do Executivo e tenta evitar grandes mudanças, por seu caráter conservador, é pequeno, mas acho absolutamente necessário que se discutam temas como esse. Essa pauta é importante, e devemos sensibilizar o Executivo e a sociedade civil em torno dela, em virtude das carências que temos no nosso sistema financeiro, particularmente bancário, referentes à ausência de atribuições diante dos mecanismos de defesa do consumidor, do sistema regulatório do Banco Central, das atribuições do Ministério da Justiça e do Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] e dos mecanismos de defesa da concorrência. O Cade atua no processo em que o Pão de Açúcar pretende adquirir o Carrefour, mas não nos casos de concentração bancária. Até 2008, houve um acordo em que o BC ficaria responsável pela análise de Riscos ao Sistema Financeiro e o Cade, pela análise dos impactos concorrenciais. Ano passado, o STJ julgou recurso favorável aos bancos contra o Cade no caso da compra do BCN pelo Bradesco e determinou que apenas o BC pode apreciar atos de concentração bancária.

Temos outra questão: o Conselho Monetário Nacional, que poderia ter maior representatividade democrática. Seria muito bom ampliarmos o CMN, alterando a sua composição para que tenha participação de segmentos capazes de agregar valor aos processos decisórios construídos no âmbito do Conselho. Talvez para isso haja espaço no Congresso, mas não para alguma grande reforma. A não ser, obviamente, que haja grande pressão popular.



Primeiro temos que definir a que autonomia estamos nos referindo. Precisamos republicanizar o Banco Central e isso significa, de um lado, aumentar o controle social sobre suas decisões.



■ **O papel do Banco Central também não precisa de uma redefinição de suas atribuições, principalmente no que se refere aos direitos do consumidor bancário?**

O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) já constitui um marco legal e relevante para a defesa e a proteção aos direitos do consumidor, inclusive os demandantes de serviços e produtos bancários. Por meio de Resolução, o CMN pode aperfeiçoar esses mecanismos, desde que observada a perfeita compatibilidade com as disposições do CDC.

Porém, precisamos ampliar o grau de transparência das informações referentes à observância da conduta das firmas bancárias no âmbito das relações com o público que demanda os seus serviços. A maior publicidade dessas informações poderá favorecer o processo de escolha por parte daqueles que demandam serviços e produtos bancários e ampliará a pressão para a melhoria da qualidade dos serviços prestados por instituições bancárias.

■ **Em alguns países, como Chile e Inglaterra, o mandato da direção dos bancos centrais não coincide com o calendário eleitoral. Esse não seria um exemplo a ser seguido para o Brasil?**

Alguns países, como a própria Argentina, experimentaram a não coincidência dos mandatos da direção dos seus bancos centrais com a das eleições presidenciais e não há evidências de maior eficiência dos bancos centrais por causa dessas características ou desse grau de autonomia. Se para a República é sempre bom que as instituições tenham a melhor reputação possível, outro princípio fundamental é que o programa que norteia a política econômica, em última instância, é fruto de delegação popular através do processo eleitoral. Portanto, não creio que a desvinculação da direção do Banco Central da orientação da Presidência da República, seja através de mandatos fixos ou da não coincidência, seja a melhor maneira de contribuir com os objetivos de estabilidade, crescimento econômico e pleno emprego. Além do mais, as características dos mandatos dos dirigentes do Banco Central não podem ser discutidas como um item alienado do conjunto dos requisitos necessários para o que realmente interessa à maioria do país: controle social sobre uma instituição que já é autônoma.

■ **Que avaliação o senhor faz do sistema de metas de inflação, que está completando 12 anos? Ele é a melhor alternativa para a condução da política econômica brasileira?**

A avaliação é positiva, principalmente considerando o contexto em que foi implantado, logo após a crise cambial de 1999, quando ficaram claros os limites do regime de âncora cambial baseado no sistema de bandas. O balanço, no que se refere à estabilidade inflacionária, sem dúvida é positivo, assim como os próprios avanços institucionais associados ao Regime, como o anúncio público da metas, etc.

Há, entretanto, alguns reparos a serem feitos. O sucesso no controle inflacionário não foi acompanhado de igual resultado no que se refere ao produto, fruto, a meu ver, de algumas características do sistema de metas no Brasil. A experiência de bandas estreitas, metas baixas e declinantes tem causado, além do não cumprimento da meta em muitos anos desde a implantação do sistema, um excesso de volatilidade no produto. Mesmo assim, não sofremos nenhum surto inflacionário e nem a reputação do sistema de metas foi abalada.

Aliás, umas das críticas ao desenho institucional do sistema no Brasil é que não há divisão de tarefas entre quem define as metas e quem opera os instrumentos de política monetária para sua consecução, respectivamente, o CMN e o BC. Por isso, precisamos ampliar o CMN, para que a diversidade da sociedade brasileira possa ali ser mais bem representada e, assim, tornar possível uma calibragem entre inflação e desemprego em consonância com os anseios de nosso país.

Temos ainda algumas questões técnicas com importantes consequências para a vida das pessoas comuns. O IPCA cheio usado pelo Brasil não é expurgado de preços administrados e de itens que são tipicamente influenciados por choques de oferta, particularmente os derivados de petróleo. Como consequência, temos uma ação de política monetária – basicamente a manipulação dos juros básicos – orientada por um índice cujos importantes itens são insensíveis a aumentos na Selic.

Ademais, o boletim Focus, ao consultar somente instituições financeiras acerca das expectativas inflacionárias, pode ser tornar viesado, em proporção direta à capacidade do



mercado financeiro coordenar sua formação de expectativas com o objetivo de influenciar a política monetária.

Finalmente, temos o problema do nível dos juros, que apesar de terem caído com o tempo, estão ainda entre os maiores do mundo. Isto revela outro problema do nosso desenho institucional, que é a vinculação do mercado de títulos à principal variável de política monetária, que é a taxa Selic. Esse não é um problema abstrato do sistema de metas, é um problema de nosso desenho institucional, que estabelece um piso para os juros, haja vista termos ainda cerca de um quarto – eram dois terços há poucos anos – de nossos títulos da dívida pública indexados àquela taxa.

Precisamos avançar na mudança do perfil dos títulos da dívida pública a partir de uma política fiscal de consistente diminuição da relação dívida/PIB, para que nossa política monetária possa desempenhar de maneira mais eficaz os objetivos estabelecidos.

■ **Dentro da lógica do sistema de metas de inflação, houve uma mudança de coerência com a redução da taxa básica de juros em setembro. Isso não pode pôr o sistema em xeque?**

Não vejo porque uma inflexão diante de um novo cenário internacional possa pôr o Sistema em cheque. A mudança

na trajetória da Selic é, sem dúvida, uma boa surpresa. É preciso levar em conta que há um sério agravamento das condições econômicas internacionais, com juros negativos no norte industrializado, além de quedas seguidas no preço das *commodities*, que, apesar de ainda não refletirem no IPCA, poderão fazê-lo em breve.

Tenho ouvido desde novembro do ano passado a avaliação que, apesar da influência da inflação de serviços, esta representaria uma configuração nova na sociedade brasileira, que não seria controlável pela manipulação de juros. Além do mais, tanto o BC quanto a Fazenda têm sinalizado que chegaríamos ao máximo da inflação acumulada em agosto e setembro, por conta da exclusão dos índices referentes aos mesmos meses do ano passado, que foram muito baixos, mas que a partir de outubro iriam arrefecer. Talvez, por isso, essa queda agora na taxa básica de juros.

■ **Que mudanças o governo deve tomar para reduzir a vulnerabilidade cambial no Brasil em virtude do elevado fluxo de capitais estrangeiros?**

Sabemos que a elevada entrada de investimento estrangeiro no Brasil é fruto do baixo crescimento no resto do mundo, na elevada liquidez nas economias centrais, do diferencial significativo de nossa taxa de juros em relação ao resto do mundo e de um fator estrutural: as mudanças positivas que a economia brasileira experimenta e que acabam atraindo muitos investimentos diretos.

Parte desses elementos é conjuntural, enquanto outros são claramente mais perenes. Cabe ao governo tomar medidas para combater principalmente a volatilidade do câmbio e, se possível, manter um piso cambial que impeça a desindustrialização.

Durante muito tempo, os neoliberais advogaram a ideia de que um país em regime de câmbio flexível prescindiria de controles de capitais – a própria variação da taxa de câmbio funcionaria como um estabilizador automático dos fluxos de capitais e da conta corrente do balanço de pagamentos. A experiência dos anos 1990 em todo o mundo demonstrou que a conversibilidade da conta de capital não só não garantiu maiores taxas de crescimento aos países que a adotaram quanto proporcionou um nível

de volatilidade do câmbio e crises cambiais que em muito deprimiram o crescimento econômico.

Sou, portanto, um defensor de mecanismos de controle de capitais, que inclusive constavam do estatuto do FMI por influência do próprio Keynes na conferência de Bretton Woods e foram retirados recentemente na onda liberalizante da década passada.

O governo brasileiro acertou em aumentar o IOF sobre investimentos em carteira. Acho até que poderia tê-lo elevado de maneira mais resoluta, já que o objetivo era desestimular a entrada de capital especulativo de curto prazo.

■ E deu certo?

O movimento mais recente de entrada de capitais continua muito forte, não obstante as medidas tomadas. Há até a suspeita de que empresas brasileiras, através de remessas de suas filiais no exterior, possam estar utilizando a rubrica de investimento direto como forma de maquiar, através de manipulação de suas tesourarias, investimento em carteira, e assim escapar da tributação de 6%.

Um estudo recente do IPEA demonstrou que a volatilidade do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) está chegando próximo dos dos investimentos em carteira e sinaliza que talvez estejamos observando um fenômeno combinado. De um lado, grandes aquisições em forma de genuíno investimento direto, por conta dos grandes eventos como a Copa e as Olimpíadas, e a atratividade geral do Brasil. De outro, e para transações menores, um movimento especulativo, via arbitragem de IDE.

Precisamos aumentar a fiscalização sobre essas possíveis manobras especulativas, continuar e até ampliar as medidas de controle de capitais especulativos, seguindo o bom exemplo dos países industrializados.

■ O BC e o governo tomaram muitas medidas nos últimos anos, mas os *spreads* bancários continuam elevados. O que ainda se poderia fazer?

O *spread* e as taxas de juros me parecem estar relacionados a fatores diversos, entre eles, o nível de concentração bancária no país. Cinco instituições bancárias controlam cerca de 70% do mercado, tomando-se por referência o valor

O movimento mais recente de entrada de capitais continua muito forte, não obstante as medidas tomadas. Há até a suspeita de que empresas brasileiras, através de remessas de suas filiais no exterior, possam estar utilizando a rubrica de investimento direto como forma de maquiar investimento em carteira e assim escapar da tributação de 6%.



dos ativos. É importante ressaltar que a atração de bancos estrangeiros não mudou o cenário, já que os mesmos incorporaram práticas locais. Continuamos tendo *spreads* até 11 vezes maiores do que países desenvolvidos

Mecanismos, como fomentos à concorrência, com maior liberdade para cooperativas de crédito e outras instituições financeiras para operar no mercado, talvez pressionassem os bancos a reduzir as margens de lucros.

Por outro lado, alguns estudos demonstram que fatores macroeconômicos também têm um papel na determinação do *spread*. Tanto é que a sua maior queda se deu após a implantação do Real e a diminuição do grau de incerteza geral da economia. Então, elementos como a volatilidade da taxa de juros parecem colocar um prêmio de risco nas operações de crédito, aumentando o *spread*, assim como o alto nível dos juros básicos, que, combinado com a já mencionada vinculação aos títulos da dívida pública, cria um custo de oportunidade para os empréstimos.

Portanto, o fim das LFTs vinculadas à Selic também pode cumprir um papel importante na redução dos *spreads* bancários.

■ Os bancos públicos brasileiros não poderiam ter um papel mais incisivo para reduzir o *spread* do setor privado e conceder crédito mais barato?

Os bancos públicos operacionalizam o crédito subsidiado, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mas estão inseridos em um ambiente institucional regido pela lógica do mercado financeiro. Há limites para a operacionalização de medidas que não valham para todo o sistema bancário, sob o risco da fragilização financeira das instituições públicas e alto custo ao Tesouro.

Mesmo assim, os bancos públicos têm sido a ponta-de-lança de mecanismos de democratização do crédito, como já faz o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia e o próprio Banco do Brasil.

■ O governo alardeia ter feito um bom colchão de reservas em moeda estrangeira capaz de garantir ao país uma resistência à crise econômica mundial, mas alguns economistas acham que esse colchão pode ser mais fino do que parece. Pode?

A crítica mais comum é à própria existência do colchão, por parte dos que realmente acreditam nos poderes sobrenaturais do livre-mercado. Falam do custo de carregamento, associado aos diferenciais de taxas de juros entre captação e aplicação de nossas reservas. A manutenção de reservas é fundamental para combater a volatilidade do câmbio e uma crise especulativa como tantas que presenciamos entre 1999 e 2002. Ademais, para toda política pública tem um custo, e o benefício me parece bem maior. Em 2008, tínhamos algo em torno de US\$ 200 bilhões e agora temos mais de US\$ 350 bilhões de reservas. As reservas parecem ser razoavelmente suficientes.

Não sabemos ainda a dimensão da segunda onda da crise iniciada em 2008. Já percebemos que os Estados Unidos vão trabalhar como uma espécie de diplomacia do dólar fraco, como fruto da sua incapacidade de ampliar gastos públicos, elevado grau de endividamento das famílias e incerteza no investimento privado. Resta a eles aumentar as exportações e estão fazendo, jogando lenha na fogueira da guerra cambial mundial.

No que diz respeito à Europa, cabe ressaltar os riscos de-

correntes dos efeitos adversos da crise grega sobre o sistema bancário europeu, mais especificamente os bancos franceses e alemães, mais expostos aos riscos dos títulos soberanos gregos. No limite, se não houver a construção de uma nova institucionalidade fiscal pelas grandes economias mundiais, poderemos ter uma nova crise sistêmica, com consequências adversas de grandeza inestimável neste momento.

Com os fundamentos econômicos do Brasil razoavelmente ajustados e um cenário otimista de perspectivas para o ingresso do capital estrangeiro, como o pré-sal, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, não vejo grande perigo de crise cambial, já que o voo para a segurança agora parece ter como destino o mercado brasileiro.

Agora, não dá para adivinhar o futuro. Toda vez que tivemos um desregramento cambial, associado à crise econômica e liberalização financeira, a coisa não terminou bem. Estamos vivendo de novo uma guerra cambial, há uma flagrante incapacidade das elites mundiais em coordenarem ações para sairmos dessa crise. A tendência é aumento do protecionismo, xenofobia e tentativas desesperadas de saídas nacionais à *beggar thy neighbor* – um salve-se quem puder cambial e militar. Espero estar errado, mas situações com essas são um perigo para a humanidade, o que aumenta a responsabilidade política do Brasil e da América do Sul nas iniciativas multilaterais para evitarmos um retrocesso democrático no mundo, inclusive entre os países industrializados.

■ A CPMF pode voltar?

Há certa demagogia no debate desse imposto. Tem deputado da oposição que dá entrevista à TV Câmara criticando os gastos excessivos do governo e a carga tributária, e no plenário cobra do governo a aprovação de aumentos para o Judiciário e a área de Segurança. É malvado na televisão e bonzinho no plenário. Aqueles que acabaram com a CPMF estão agora votando pela Emenda 29. E aí, como a gente vai pagar? Regulamentar a Emenda 29 sem novas fontes de recursos não vai implicar, necessariamente, aumento de recursos para a Saúde. O governo federal já gasta mais do que o estabelecido na Constituição. O desafio fiscal maior recairá sobre os estados. Temos de encarar com seriedade



Tem deputado da oposição que dá entrevista à TV Câmara criticando os gastos excessivos do governo e no plenário cobra do governo a aprovação de aumentos para o Judiciário e a área de Segurança.



o aumento do financiamento da Saúde e da Educação. Nós gastamos 5,2% do PIB na Educação. Na Saúde, fala-se que seriam necessários pelo menos R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões ao ano para termos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Sem um novo imposto, muitos governos estaduais e municipais terão dificuldades para mobilizar os recursos necessários ao atendimento do gasto público em saúde.

■ **Mas não se pode cortar a gordura tributária aumentando a justiça da carga tributária?**

Um cenário é procurar maior justiça tributária sem aumento da carga. Outro é elevar a carga para os mais ricos, diminuindo-se o peso que incide sobre os setores mais populares. Mas não tem como regulamentar a Emenda 29 para valer sem uma nova fonte de receita. Acho que a Contribuição Social para a Saúde pode vir a ser um bom tributo, caso adote como base de incidência a movimentação financeira, até porque permitiria o rastreamento de movimentações financeiras. Tem gente que a defende como tributo fiscalizador.

■ **E a reforma tributária pode, finalmente, sair?**

Reforma tributária pode significar muitas coisas distintas. A que eu defendo é uma repactuação federativa, apoio às micro e pequenas empresas e às empresas exportadoras

e à progressividade na tributação. Dessas quatro linhas, o governo Dilma apoia três: as empresas exportadoras, com o Plano Brasil Maior e a desoneração da folha de pagamento das empresas geradoras de emprego voltadas à exportação; as micro e pequenas empresas, com a aprovação do Supersimples; e o Senado definindo as regras gerais do ICMS, que é o principal imposto interestadual e também a principal arma da guerra fiscal entre os estados e, ainda, da chantagem das empresas sobre os estados.

É possível fazer uma reforma tributária sem aumento da carga tributária, diminuindo-se o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], criando-se um Imposto de Valor Agregado (IVA), reduzindo-se o Imposto de Renda para a classe média, isentando-se tributariamente as pequenas e médias empresas, criando-se imposto sobre grandes fortunas, movimentação de cheques, remessa de lucros ao exterior e sobre dividendos. Há uma certa margem para expandir a progressividade tributária e, em contrapartida, reduzir a incidência sobre os setores médios e mais pobres da sociedade, e fomentar o empreendedorismo, que é uma característica do brasileiro. Nós chegamos agora a 1,5 milhão de empreendedores individuais com CNPJ, em um ano e meio de vigência da lei. ✓



Um símbolo do Brasil para os brasileiros

Aos 83 anos, Sergio Bacellar Vahía de Abreu, funcionário aposentado do Banco Central – onde se notabilizou como um inspetor durão – continua irrequieto, amigo dos índios e profundamente apaixonado pela natureza, particularmente, pelos rios e florestas que povoam o Brasil Central e as terras indígenas do Alto Xingu.

Esse “vírus” ele herdou do pai, Darcílio Vahía de Abreu, médico da Expedição Roncador – Xingu e da

Fundação Brasil Central, criada por Getúlio Vargas para instalar núcleos populacionais em uma região desconhecida pelos próprios brasileiros até meados do século passado. A Marcha para o Oeste foi idealizada pelo presidente, com o objetivo de impedir a ocupação de parte do país pelos estrangeiros.

Ainda adolescente, Sergio Vahía conviveu com a expedição de 1943, realizada em plena Segunda Guerra

Mundial, para ocupar de vez o Brasil. “Estou na mata desde os 15 anos, por isso digo que sou apenas um ‘coçador de saco silvestre’, diz, brincalhão, ao falar dos motivos que o levaram a fazer uma nova expedição exploratória e afetiva, em setembro deste ano, por quatro rios da Região do Xingu, a bordo de uma canoa de fibra. “O Xingu está enraizado na minha mente e, como sou muito amigo do Raoni (o cacique), pedi permissão para



Cinquenta anos depois, Sergio Vahia voltou ao Centro do Brasil, junto com o filho, e no lugar do marco de madeira plantou um novo, de alumínio, para durar mais tempo. Desta vez, ele fez a expedição com recursos próprios.

percorrer quatro rios de um lugar que até hoje não tem branco, fazendas ou casas; não tem nada, só mesmo rios, matas e bichos”, conta.

O ex-servidor do BC conhece profundamente a região do Xingu. Foi chefe de picada, assumindo, em seguida, a chefia geral de uma outra expedição, em 1951, a “Xavantina – Cachimbo”, que abriu 600 quilômetros de estrada, hoje uma BR, que liga Xavantina à Ilha de Bananal. “Eu consegui no Exército donativos que lotaram dois aviões DC-3 (fardas, botinas, perneiras, mantas, chapéus, cantis, panelas e lonas). Em maio daquele ano, na simpática mata alta e limpa do Rio Areões, afluente do rio das Mortes, foi preparada uma grande comemoração para a partida da expedição, amplamente divulgada pela imprensa. Teve de tudo para deixar os urbanos encantados. Mata, rio, índios seminus, fogueiras e missa campal. Ela finalizou com o desfile da tropa, nossos trabalhadores uniformizados com roupas do Exército”, relembra Sergio, em depoimento ao goiano Paulo Castilho, que vem organizando todas essas memórias no blog <http://www.goiania-goias.blogspot.com>.

Na época, Sergio Vahia trabalhava na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), instituição que exercia o papel de autoridade monetária, junto com o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional. “Passei nos primeiros lugares de um concurso para o Banco do Brasil, em 1951, e escolhi ir para

a Sumoc, então embrião do BC, que foi criado em 1964". Para a expedição, um ano depois, ele foi requisitado ao Banco Central pelo então ministro do Interior Cordeiro de Farias, que se tornou o grande entusiasta da ideia da estrada.

Segundo o ex-servidor do BC, a parte mais romântica da expedição era a picada – o eixo da futura estrada, aberta em um território completamente desconhecido, só habitado pelos arredios Xavantes. Mesmo no BC, Sergio jamais se desligou da floresta. Foi parte ativa da expedição da Fundação Brasil Central, chefiada pelos irmãos Villas Boas, que marcou o centro geográfico de nosso país, em 1958. Um assunto que, durante anos, só existiu na sua cabeça, segundo ele próprio. Lembra que o marco de madeira plantado no Centro do Brasil, próximo à divisa do Mato Grosso

com o Pará, sumiu com o tempo, daí ter voltado 50 anos depois, numa expedição, com recursos próprios, sem registro ou apoio oficial, para colocar um Marco de Alumínio, praticamente eterno, desta vez levando o filho Tito. "O Centro não dá lucro a ninguém, mas é um grande símbolo de reafirmação de nossa nacionali-

dade", afirma o ex-funcionário do BC, que um dia foi convidado para fazer parte da administração da FBC, mas recusou o convite: "Eu iria fatalmente me perder na doce vitta de Brasília ou nos meandros da burocracia, o que não é do meu feitio", contou ele, ao mais novo companheiro de viagem, Paulo Castilho. ✓



Estou na mata desde os 15 anos, por isso digo que sou apenas um 'coçador de saco' silvestre



Sinal participa de seminário sobre SFN no Congresso Nacional

LUIZ CARLOS CACERES(*)

Como seu principal idealizador e parceiro na organização, o Sinal esteve presente no seminário “Propostas para um Sistema Financeiro Cidadão”, realizado no dia 24 de agosto, das 9h às 13h no Plenário 2 da Câmara dos Deputados. O evento, promovido pelas Comissões de Defesa do Consumidor e de Finanças e Tributação, contou com a participação de vários parlamentares e chamou a atenção dos presentes para a necessidade de leis complementares para a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A coordenação do debate foi do deputado Roberto Santiago (PV-SP), presidente da Comissão de Direito do Consumidor (CDC). Estiveram presentes representantes do Banco Central, Sinal, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça (Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC), Febraban, Pro Teste, Ipea, Contraf-CUT e Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). O tema principal foi o sistema financeiro visto sob a ótica do cidadão. Além disso, foram discutidas, durante o seminário, a necessidade do aperfeiçoamento do arcabouço legal e a definição do papel do Banco Central e de sua participação como cooperador

na área de defesa do consumidor de serviços e produtos bancários.

Com isso, voltam às discussões referentes ao Sistema Financeiro Nacional a importância da autonomia do BC como um dos grandes temas relacionados ao setor financeiro nacional e a redefinição do papel do Conselho Monetário Nacional CMN), do Banco Central e de outros reguladores do Sistema, além da necessidade do aperfeiçoamento da fiscalização do SFN.

Vários parlamentares participaram do debate, com ideias e questionamentos. Questionou-se, inclusive, o fato de o Banco Central não ter designado um diretor



para representá-lo em evento de tal magnitude.

Houve grande convergência entre os participantes sobre as questões de altas tarifas; deficiência nas informações prestadas pelas instituições financeiras; altíssimo spread bancário; normatização insuficiente ou desacompanhada de ações da fiscalização. A deficiência na legislação não permite ao Banco Central multar de forma mais significativa os infratores ou fazer com que os valores cobrados indevidamente sejam restituídos. Nos debates, também foi lembrado que a autorização para funcionamento de uma instituição financeira é uma concessão pública e, no entanto, atualmente não há cobrança de contrapartida.

O presidente do Sinal, Sérgio Belsito, denunciou a atuação dos correspondentes bancários conhecidos como “pastinhas”, que vêm agindo no segmento de empréstimos consignados junto aos aposentados, e que têm praticado várias irregularidades, mediante a cobrança de altas comissões e a indução de pessoas idosas a tomar empréstimos em condições danosas. Belsito defendeu, também, a necessidade de concessão de autonomia legal e orçamentária para o BC, o que melhoraria a atuação da autarquia e suavizaria a carência de recursos necessários, por exemplo, para a reposição de quadros. Ele abordou, ainda, as deficiências dos correspondentes bancários, a necessidade de atuação mais firme do BC na supervisão das IFs e o tratamento

diferenciado para as cooperativas de crédito pelo BC.

O representante do BC, consultor Anselmo Netto, do Departamento de Normas, citou ações recentes do CMN e do BC relativas à inclusão financeira (objetivo estratégico no último planejamento do BC), como a Resolução 3.594, de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no país, e a Resolução 3.919, de novembro de 2010, que regulamenta a cobrança de tarifas. O consultor do BC destacou, ainda, a importância dos correspondentes bancários na inclusão financeira da população que teve acesso ao crédito recentemente, e ressaltou que o problema das tarifas bancárias não ocorre só no Brasil, mas tem abrangência mundial. Anselmo mencionou medidas prudenciais para estimular o crédito responsável (aumento no pagamento mínimo, que chegará a 20% do valor da fatura de cartão em dezembro deste ano) e, entre outras, a parceria com o DPDC do Ministério da Justiça (MJ) e as parcerias com órgãos de defesa do consumidor.

O Sinal continuará atuando para promover a regulamentação do artigo 192, a autonomia do Banco Central e o direcionamento do Sistema Financeiro para o desenvolvimento do país. ▣



O evento reinseriu na pauta de discussões a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e a autonomia do BC para garantir um sistema financeiro voltado ao desenvolvimento equilibrado do país

*É gerente do Projeto 192 do Sinal (concluído em dezembro de 2010). participante do seminário.

Servidor público: de olho no Congresso

Sinal acompanha, passo a passo, os sete projetos de interesse do funcionalismo público que estão tramitando na Câmara dos Deputados

Toda a mobilização é pouca. Sete projetos em tramitação na Câmara dos Deputados tratam de assuntos de interesse do servidor público. Os que são favoráveis andam a passos lentos e os contrários, mais rápidos do que seria esperado. “Há ameaças e possibilidades”, diz Antonio Queiroz, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (Diap).

Entre as ameaças, a mais temida é o Projeto de Lei 1.992, de autoria do Poder Executivo, que institui a Previdência Complementar do Servidor Público. Aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, é um dos projetos que o governo tem interesse em aprovar ainda este ano, com a justificativa de conter o déficit da Previdência.

“Do jeito que está, é basicamente uma conta de caderneta de poupança, com nível de arrecadação muito baixo e sem mecanismos de proteção a riscos”, diz José Ricardo, presidente do Sinal Brasília. “Antevejo dias muito ruins

para o funcionário do setor público. O projeto fragiliza o funcionalismo. O governo tem ampla maioria e isso torna o trabalho das entidades representativas difícil.”

Outro projeto em tramitação também temido pelo servidor público é o Projeto de Lei Complementar 549, que limita o aumento da despesa com pessoal, no período entre 2010 e 2019, à reposição da inflação mais 2,5% ou a taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), o que for menor. A presidente Dilma Rousseff mobilizou sua base no Congresso para desengavetar a proposta a fim de pôr em prática o plano de contenção de despesas. O projeto aguarda relatório do deputado Pepe Vargas (PT-RS) na Comissão de Finanças e Tributação para seguir a tramitação antes de ir a plenário, o que pode ocorrer ainda este ano.

“Apesar das dificuldades, o governo quer prioridade para o projeto, o que exige atenção do servidor”, afirma Antonio Queiroz. “O governo tem maioria confortável no Congresso e

pode aprovar qualquer projeto com alguma facilidade se não houver pressão contrária.”

“O projeto cria uma camisa de força para os próximos dez anos porque limita o crescimento da folha de pagamento em menos de 3%. Na prática, representa o fim de qualquer possibilidade de reajuste para o servidor”, diz José Ricardo. “Os projetos estavam há muito tempo parados porque a reação da base era muito grande, mas agora que virou prioridade para o governo, vai depender muito da mobilização do funcionalismo para que este não seja aprovado.”

► Conquista da sociedade

A terceira grande ameaça aos interesses do servidor público é o Projeto de Lei Complementar 248. Apresentada ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, a proposta disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho. Duas avaliações negativas de um superior hierárquico poderiam justificar a demissão do fun-

cionário público, que, para garantir estabilidade, teve de passar por três anos de estágio probatório. O projeto voltou do Senado, por causa da inclusão de três emendas. Os próximos passos são a votação no plenário e, se aprovado, a sanção presidencial.

“O problema é que a estabilidade não foi dada para proteger o servidor público, e sim o Estado. É uma conquista da sociedade. E esse projeto fragiliza tremendamente a perenidade”, avalia José Ricardo. “Nem o próprio governo está se sentindo muito seguro em levá-lo adiante. A avaliação é interesse do serviço público e cria um tipo de punição para o servidor ineficiente. É importante que haja algum tipo de avaliação do funcionalismo, mas nos moldes em que foi proposto não é aceitável.”

► Boas notícias

Os projetos favoráveis ao servidor com possibilidades de aprovação ainda este ano também são três: as propostas de Emenda Constitucional 555, 270 e 210. Todos podem representar boas notícias para o funcionalismo.

A PEC 555 revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41 e elimina a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas. A partir dos 65 anos, o servidor não teria de pagar mais nada. A isenção seria retroativa a 1º de janeiro de 2004. A proposta está pronta para ser votada em dois turnos no plenário antes de ser encaminhada ao Senado, mas como representa uma queda de receita para o governo, pode ter a apreciação adiada, a menos

Hoje o servidor que se aposenta por invalidez perde cerca de 70% dos salários. Muitos funcionários, com problemas sérios de saúde e que não deveriam estar mais trabalhando, seguem na ativa porque a invalidez representa uma queda muito grande de rendimento.



que a pressão dos servidores consiga sensibilizar os parlamentares.

Já a PEC 270, em tramitação desde 2008, restabelece a aposentadoria integral por invalidez. A proposta apresentada pela deputada Andreia Zito, do PSDB do Rio de Janeiro, está pronta para ser votada em dois turnos pelo plenário e enviada ao Senado. Para ser incluída na ordem do dia, também depende da mobilização do servidor.

“O governo reconhece a justiça da medida, mas luta contra ela agora porque também implica gastos adicionais marginais”, afirma José Ricardo. “Hoje, do jeito que está, o servidor que se aposenta por invalidez perde cerca de 70% dos salários. Muito funcionário, com problemas sérios de saúde e que não deveria estar mais trabalhando, segue na ativa porque a invalidez representa uma queda muito grande de

rendimento. O projeto está pronto para ir ao plenário, mas está parado. Em princípio, seria mais fácil de ser aprovado. O governo ganhou desculpa muito boa para conter aumento das despesas com a crise financeira mundial.”

Também depende de pressão para ser incluída na ordem do dia e ir à votação em plenário a PEC 210. A proposta restabelece o adicional por tempo de serviço, até o limite de 35%, para todas as carreiras de Estado. O projeto foi apresentado pelo então deputado Régis de Oliveira, do PCP de São Paulo, em 18 de fevereiro de 2007.

“O Sinal tem interesse nesse projeto, embora o benefício seja quase marginal”, ressalta José Ricardo. “Ele está parado porque onera as contas públicas, e só vai andar se a mobilização dos servidores conseguir sensibilizar os parlamentares.”

A AGENDA DOS SERVIDORES

Autor / Apresentação	Assunto	Situação	Tendência	
PL 1992/2007 Poder Executivo – 11/9/2007	Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e dá outras providências.	Aprovada na Comissão de Trabalho está agora na Comissão de Seguridade Social.	Tramita em regime de prioridade e deve ser aprovado.	
PLP 248/1998 Poder Executivo – 19/10/1998	Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável e dá outras providências.	Pronta para ser votada pelo plenário.	Aprovação.	
PEC 555	Carlos Mota (PSB/MG) – 22/6/2006	Revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41 para eliminar a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público e determina a retroatividade dos efeitos da revogação a 1º de janeiro de 2004.	Pronta para ser votada em dois turnos no plenário e depois ser enviada ao Senado.	Adiamento exceto se houver pressão.
PEC 210/2007	Régis de Oliveira (PCP/SP) – 18/2/2007	Restabelecia o adicional por tempo de serviço, até o limite de 35%, para a magistratura e Ministério Público, mas teve efeitos estendidos para todas as carreiras de Estado.	Pronta para ser votada em dois turnos pelo plenário e enviada ao Senado.	Depende de pressão para ser incluída na ordem do dia.
PEC 270/2008	Andreia Zito - PSDB/RJ – 25/6/2008	Garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito a proventos integrais e com paridade.	Pronta para ser votada em dois turnos pelo plenário e enviada ao Senado.	Depende de pressão para ser incluída na ordem do dia.
PLP 555	Poder Executivo – 22/2/2010	Regulamenta a aposentadoria especial do servidor cujas atividades sejam exercidas sobre condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física.	Aguarda parecer da relatora, Manoela D'Ávila (PCdoB/RS), na Comissão de Trabalho.	Aprovação nos termos do parecer da relatora.
PLP 549 e PLS 611	Senador Romero Jucá – 23/10/2007	Limita o aumento da despesa com pessoal, no período entre 2010 e 2019, à reposição da inflação mais 2,5% ou a taxa de crescimento do PIB, o que for menor.	Aguarda relatório do relator Pepe Vargas (PT/RS) na Comissão de Finanças e Tributação.	Aprovação caso não haja mobilização do servidor.

Novo Consórcio Imobiliário Fenasbac É bem garantido!



Com a menor taxa do mercado e benefício exclusivo para associado ABBAO: mensalidade do clube subsidiada.

Grupo de 120 meses, três contemplações mensais, créditos de R\$ 150 mil a R\$ 300 mil. Imóveis novos ou usados (comercial, rural, residencial), reforma ou construção, liquidação de financiamento imobiliário.

Parceria SicredL

Consórcio de Automóveis, Motos e Náutica

Taxas "de outro mundo" apenas 6%!!!

Grupo em formação de 36 meses para valores menores e de 60 meses para créditos de até R\$ 92 mil.

Você merece o melhor!



PGAFI

Quando o assunto é dinheiro: Programa Geral de Assistência Financeira. Melhores prazos, menores custos.

Padrão e excelência em serviços!



Convênios e Serviços

Turismo: Hotéis e Locadoras; Cursos; Serviços; Compras Cooperativadas; Telefonia Celular; Seguro Residencial e Veículos; Saúde Complementar; e diversos outros benefícios.



Seguro de Vida em Grupo e Vida Master

Seguro e confiável com o melhor custo-benefício.

Confiança e tradição em bem servir!



10 Ilhas e 11 sedes recreativas

Com colônias de férias em Comary (RJ), Aruanã (margem do Rio Araguaia - GO) e clube-hotel em Fortaleza (CE)

Esportes, cultura e lazer!



Venha fazer parte deste grupo!
www.fenasbac.com.br
0800-6461055



